

Uma análise da cientificidade da teoria social crítica do geógrafo marxista David Harvey

An analysis of the scientificity of the critical social theory of the marxist geographer David Harvey

Un análisis de la cientificidad de la teoría social crítica del geógrafo marxista David Harvey



Mariza Ferreira da Silva

Universidade Federal do Paraná- Paraná – Brasil
marizafsbh@gmail.com



Luis Lopes Diniz Filho

Universidade Federal do Paraná- Paraná – Brasil
diniz.ufpr@gmail.com



Edu Silvestre de Albuquerque

Universidade Federal do Rio Grande do Norte- Rio Grande do Norte – Brasil
edusilvestre@ufrnet.br

Resumo O texto apresenta os principais fundamentos teóricos do geógrafo crítico marxista David Harvey, que influenciou gerações de geógrafos pelo mundo desde a década de 1960. O objetivo é analisar a cientificidade da teoria social crítica, bem como fazer uma análise epistemológica das teorias econômicas elaboradas por esse geógrafo. As análises geográficas assentadas na filosofia da dialética histórica e materialista de David Harvey convergem para uma teoria crítica do capitalismo e da revolução social. Vale notar, que mesmo em suas obras consideradas próximas ao pensamento pós-modernista e à teoria da regulação, os pressupostos da determinação da infraestrutura econômica e da visão da luta de classes como motor da história, nunca foram abandonados. Em sua concepção, as contradições do capital devem ser explicadas porque são universais e perpassam as demais contradições sociais. De modo

que é possível afirmar que em David Harvey, marxismo e pós-modernismo convergem enquanto campos analíticos da teoria social crítica e fazem parte do sistema crítico-filosófico da ciência racionalista moderna. Por essa razão, é possível questionar a cientificidade da geografia proposta por Harvey à luz do critério de falseabilidade e com base na análise do contexto de justificação tal como proposta por Karl Popper.

Palavras-chave: Teoria Social Crítica; Paradigmas Científicos; Filosofia da Ciência.

Abstract This article presents the main theoretical foundations of the Marxist critical geographer David Harvey, who has influenced generations of geographers around the world since the 1960s. The objective is to analyze the scientificity of critical social theory, as well as to make an epistemological analysis of the economic theories elaborated by Harvey. The geographical analyzes based on David Harvey's philosophy of historical and materialistic dialectic converge on a critical theory of capitalism and social revolution. It is worth noting that even in his works considered close to postmodernist thought and regulation theory, the assumptions of determining the economic infrastructure and the vision of the class struggle as the engine of history were never abandoned. In his view, the contradictions of capital must be explained because they are universal and permeate other social contradictions. Because of that, it is possible to say that in David Harvey's work Marxism and postmodernism converge as analytical fields of critical social theory and are part of the critical-philosophical system of modern rationalist science. For this reason, it is possible to question the scientificity of geography proposed by Harvey in the light of the falsifiability criterion and based on the analysis of the context of justification as proposed by Karl Popper.

Keywords: Critical Social Theory; Scientific Paradigms; Philosophy of Science.

Resumen El texto presenta los principales fundamentos teóricos del geógrafo crítico marxista David Harvey, que ha influenciado generaciones de geógrafos por el mundo desde la década de 1960. El objetivo es analizar la cientificidad de la teoría social crítica, así como realizar un análisis epistemológico de las teorías económicas elaboradas por ese geógrafo. Los análisis geográficos apoyados en la filosofía de la dialéctica histórica y materialista de David Harvey convergen para una teoría crítica del capitalismo y de la revolución social. Señalase que mismo en sus obras consideradas próximas al pensamiento posmoderno y a la teoría de la regulación, las suposiciones de la determinación de la infraestructura económica y de la visión de la lucha de clases como motor de la historia nunca fueran dejadas. En su concepción, las contradicciones del capital

deben ser explicadas porque son universales y atraviesan las demás contradicciones sociales. De modo que es posible afirmar que David Harvey, marxismo y posmodernidad convergen cómo campos analíticos de la teoría social crítica y pertenecen al sistema crítico-filosófico de la ciencia racionalista moderna. Por esa razón, es posible cuestionar la cientificidad de la geografía propuesta por Harvey a la luz del criterio de falsabilidad y basada en el análisis del contexto de justificación, así como propuesto por Karl Popper.

Palabras clave: Teoría social crítica; Paradigmas científicos; Filosofía de la ciencia.

Introdução

A reavaliação da chamada Geografia Crítica ou Radical é uma tarefa tão necessária quanto difícil. Necessária porque, essa é hoje a corrente de pensamento geográfico dominante e seus pressupostos teórico-metodológicos e éticos definem a pauta da maioria das publicações acadêmicas e o ensino da Geografia Humana, inclusive de geógrafos que não se reconhecem como críticos, tais como Rogério Haesbaert e Marcelo Lopes de Souza (DINIZ FILHO, 2013, p. 13-27). Difícil porque, além das resistências a reavaliações inerentes a essa hegemonia intelectual, os alicerces da Geografia Crítica estão apoiados em abordagens teóricas e metodológicas que, por sua própria natureza, são fechadas à possibilidade de autocrítica.

Para demonstrar isso, é útil proceder a uma reavaliação da obra de David Harvey, um dos nomes centrais da Geografia Crítica em âmbito internacional, e que se destaca pelo uso recorrente à filosofia materialista e histórica marxista. É possível afirmar que, em David Harvey, marxismo e pós-modernismo convergem enquanto campos analíticos da teoria social crítica, e fazem parte do sistema crítico-filosófico da ciência racionalista moderna (SILVA, 2019, p. 133). Por essa razão, é possível avaliar a cientificidade da Geografia proposta pelo autor, com base na análise do contexto de justificação tal como proposta por Karl Popper.

Tendo esse objetivo em vista, o presente artigo está organizado da seguinte forma: a) breve periodização da trajetória intelectual de Harvey; b) síntese das teses mais recentes elaboradas por esse autor; c) apresentação das críticas do filósofo Karl Popper ao marxismo; d) reavaliação da Geocrítica à luz de perspectivas teóricas muito pouco trabalhadas pela geografia.

David Harvey: permanências e mudanças em sua trajetória intelectual

No artigo *Marxismo e Geografia Econômica na obra de David Harvey*, Paul Claval (2013) realiza uma leitura crítica do marxismo, particularmente em relação à teoria crítica do espaço, e, para isso, problematiza a obra de Harvey para recuperar a trajetória da Geografia Econômica e entender os dilemas do capitalismo no século XXI. Assim, a trajetória intelectual de Harvey é dividida em quatro períodos: 1º) Até 1969, com a publicação de *Explanation in Geography*, que marca a filiação de Harvey ao neopositivismo lógico e a influência da economia liberal em seu pensamento; 2º) Do início dos anos 1970, quando Harvey adere ao marxismo, até meados da década de 80, caracterizado pelo esforço de espacialização do marxismo, como em seu livro clássico *The Limits to Capital*; 3º) Começa com a publicação de *Condition of Postmodernity*, livro que gerou reações críticas por parte de intelectuais pós-modernistas, feministas e teóricos da desconstrução, e; 4º) De 2003 até hoje, se caracteriza pela produção de trabalhos de síntese, com destaque para *New Imperialism* e *Spaces of Global Capitalism*, nos quais Harvey “mostra uma nova liberdade na sua interpretação do marxismo” (CLAVAL, 2013, p. 8).

Na perspectiva de Paul Claval, o principal elemento de permanência no projeto intelectual de David Harvey é a centralidade do “imperativo revolucionário”: “uma vez que oferece a perspectiva de uma renovação total da cena econômica e social, a teoria da exploração capitalista do trabalho por intermédio da mais-valia aparece como peça central de toda sua explicação” (CLAVAL, 2013, p. 80-83). Ao mesmo tempo, porém, verifica-se que Harvey é bastante reativo à recepção de suas ideias nos meios intelectuais de esquerda:

As reações dos intelectuais da esquerda à publicação de *Condição pós-moderna* constituem uma surpresa para seu autor. A maioria foi muito crítica. O que Harvey tinha ignorado era a diversidade do mundo contemporâneo. A grande narrativa marxista que propõe não é atraente para feministas e defensores de minorias étnicas, sexuais e religiosas. Para Harvey, o mundo dos explorados e dos excluídos tem de reconstruir sua unidade segundo a temática da exploração capitalista. As publicações recentes de Harvey oferecem respostas a tais críticas numa dupla perspectiva: econômica, para explicar as formas mais recentes da dinâmica capitalista; simbólica, para explicar a evolução das representações e das ideologias (CLAVAL, 2013, p. 68-71).

Nesse contexto, a obra *Condição Pós-moderna* merece uma atenção especial por antecipar, em termos práticos, as sínteses de pensamento de David Harvey. Nesta obra focada na cultura contemporânea, David Harvey (2012[1989]) teoriza sobre a passagem da modernidade à pós-modernidade, fundamentando seu pensamento crítico nas teorias de base marxista e na crítica da sociedade capitalista. Na lógica transformativa e especulativa do capital, a continuidade do projeto do iluminismo traz uma nova compressão do tempo-espaço, marcada pela ascensão do modernismo como força cultural e do pós-modernismo na cidade.

Harvey (2012, p. 7) apresenta a tese de que vinha ocorrendo “uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972”. Embora a simultaneidade de eventos nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, Harvey busca evidenciar a correlação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do tempo-espaço” na organização do capitalismo. Conforme ressalta o autor, essas mudanças, quando confrontadas com as regras básicas da acumulação capitalista, mostram-se mais como transformações da aparência superficial do que como sinais do surgimento de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós-industrial inteiramente nova (HARVEY, 2012, p. 7).

David Harvey (2012, p. 9) procurou entender o significado do pós-modernismo, que emergia ao lado do pós-estruturalismo e do pós-industrialismo, e que "dava a impressão crescente de uma poderosa configuração de novos sentimentos e pensamentos". Harvey apontava que o pós-modernismo parecia a caminho de desempenhar um papel crucial na definição da trajetória do desenvolvimento social e político em virtude da maneira como definia padrões de crítica social e de prática política, determinando os padrões do debate, definindo o modo do "discurso" e estabelecendo parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual. Entretanto, a compreensão correta do significado do pós-modernismo exigia, para ele, explorar com mais profundidade "a experiência do espaço e do tempo como um vínculo mediador singularmente importante entre o dinamismo do desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo e complexos processos de produção cultural e transformação ideológica" (HARVEY, 2012, p. 9).

A *Condição Pós-moderna* representa, portanto, não uma ruptura, mas o prosseguimento da luta anticapitalista de David Harvey, por meio da teorização do espaço. A obra *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*, primeira edição inglesa publicada em 2001, teve textos selecionados publicados no Brasil como *A Produção Capitalista do Espaço*, em 2005. Nessa obra, Harvey (2005, p. 11) afirmou que encontrou em Marx "uma base fértil para uma série completa de estudos subsequentes, assim como livros posteriores, como *The Limits to Capital [Os limites do capital]* (1982), *The Condition of Postmodernity [Condição Pós-moderna]* (1989) e *Spaces of Hope [Espaços da esperança]* (2000)". Nesse sentido:

O aprendizado do método de Marx também abriu diversos outros caminhos para o trabalho intelectual e para o comentário político sobre assuntos tão diversos quanto à natureza politicamente controversa dos conhecimentos geográficos, das questões ambientais, dos desenvolvimentos político-econômicos locais e da relação geral entre o conhecimento geográfico e a teoria social e política. Um campo completo de grande interesse emergiu para entender os usos dos conhecimentos geográficos (de qualquer maneira que fossem definidos) pelo poder político. Em paralelo, isso revelou a necessidade premente de definir uma geografia crítica (e uma teoria urbana crítica), que pudesse “desconstruir” (para usar o jargão em vigor) o modo como determinados tipos de conhecimento, aparentemente “neutros”, “naturais” ou até “óbvios”, eram capazes de serem, de fato, meios instrumentais de preservação do poder político (HARVEY, 2005, p. 11-12).

Para David Harvey, o pós-modernismo representa essa passagem do capitalismo por mais outro momento de crise. Neste sentido, é uma busca por um novo padrão de equilíbrio para a superacumulação de capital, pois as crises periódicas do sistema capitalista têm o efeito de expandir a capacidade produtiva, renovando as condições de acumulação adicional. Os modos de produção intensificam a atividade social e os mercados, envolvendo as pessoas na produtividade de mão-de-obra, na criação de novos desejos e necessidades, estimulando o crescimento populacional como base da acumulação contínua¹.

No postulado teórico marxista, as relações de produção e acumulação se desenvolvem pelo uso do poder do Estado, garantindo-se o direito da propriedade privada sobre as mercadorias em troca. A força de trabalho é considerada uma mercadoria. Ou seja, uma forma de propriedade privada sobre a qual o trabalhador tem direitos exclusivos de venda. O dinheiro, como objeto de troca na obtenção da mercadoria-força de trabalho é o veículo da acumulação. Para ser reconhecido como capital é preciso que seja repostado na produção e na circulação para gerar rendimentos, exigindo o mesmo tipo de regulação estatal da oferta e do crédito (HARVEY, 2005, p. 82) ².

Entretanto, a corrente da concepção marxista de Estado como forma superestrutural, que possui base num modo particular de produção, é, para Harvey, inadequada quando aplicada ao estudo das sociedades capitalistas reais, posto que as instituições estatais são permanentemente (re) construídas para criar as relações reais (HARVEY, 2005, p. 89).

Na visão de Harvey (2005), a acumulação do capital é um processo antes de tudo geográfico, pois sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo não funcionaria como sistema econômico-político. Desse modo, o ajuste espacial associado à superacumulação de capital, junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital.

As geografias da história do capitalismo, também em David Harvey, fundamentam-se no processo de circulação de capital, na sociedade competitiva de mercado e na ação de diversos agentes econômicos. E ainda que transações entre agentes econômicos possam existir fora da circulação do capital, a sobrevivência do capitalismo se funda na vitalidade permanente dessa forma de circulação: “O sistema tem de se expandir mediante a utilização do trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo – o agente real da expansão – da produção” (HARVEY, 2005, p. 130-131) ³.

Entretanto, prossegue o autor, o crescimento e o progresso tecnológico, ambos necessários à circulação do capital, são antagônicos entre si, gerando crises cíclicas. Para explicar a formação e o desenvolvimento dessas crises, Harvey (2005, p. 131) tomou como referência “a geografia histórica do capitalismo, considerada do ponto de vista do triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de capital e da força de trabalho”.

A crítica de Harvey (2005) ao marxismo ortodoxo se refere não ao método, mas ao desequilíbrio analítico em favor do tempo e da história, em detrimento do espaço e da Geografia. Isso resultaria no empobrecimento da economia política marxista, pois não considera as consequências das reestruturações geográficas para a circulação do capital.

A opção revolucionária de David Harvey

A adesão de David Harvey ao "imperativo revolucionário" aparece explicitada em sua obra ao remeter, tal como Marx, aos aspectos positivos da revolução burguesa. Nessa perspectiva, argumentou de forma favorável sobre a concentração do proletariado em fábricas e cidades e sobre a formação de uma identidade de classe proletária: “os sistemas modernos de comunicação puseram os trabalhadores de diversos lugares em contato entre si, permitindo a centralização de muitas lutas locais, todas do mesmo caráter, numa única luta nacional entre as classes” (HARVEY, 2005, p. 196)⁴.

Em obras mais recentes traduzidas no Brasil, Harvey (2016; 2018) apresentou uma vasta lista de contradições presentes no sistema capitalista e apontou diretrizes para uma postura anticapitalista. O livro *17 Contradições e o Fim do Capitalismo*, originalmente publicado em 2014, “é o livro mais perigoso que já escrevi”, disse Harvey (2016). O próprio autor refere ser a obra mais recente de uma série de livros a qual batizou de ‘Projeto Marx’ (HARVEY, 2016, p. 275), iniciado no fim dos anos 1990:

Estava claro há tempos que Marx não era bem compreendido, muito menos adotado, e era preciso trabalhar duro para tornar sua obra mais acessível. Não só por causa da ignorância geral, fundada na rejeição e nas distorções da direita, mas também pelas apresentações mais dogmáticas da esquerda sectária. E, ao mesmo tempo, o marxismo acadêmico parecia empenhado em tornar o pensamento de Marx ainda mais complicado do que já era. [...] Queria abrir uma porta para o pensamento de Marx, de modo que os leitores pudessem transpô-la e, uma vez do outro lado, pudessem chegar a seus próprios entendimentos. Foi nesse espírito que a série de vídeos e os livros “Para entender o Capital”, foram construídos (HARVEY, 2016, p. 275)⁵.

No livro *17 Contradições*, Harvey buscou definir as implicações de uma luta política anticapitalista. No prólogo da obra, intitulado “A crise atual do capitalismo”, o autor reafirmou que as “crises são essenciais para a reprodução do capitalismo”. Reforçou a ideia de que “é no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo” (HARVEY, 2016, p. 9). Após uma visão retrospectiva das crises mundiais de 1929 a 2012, Harvey (2016, p. 11-12) reafirmou sua descrença nas forças de esquerda que classificou como libertárias:

Não são apenas as elites capitalistas e seus seguidores intelectuais e acadêmicos que parecem incapazes de romper radicalmente com o passado ou definir uma saída viável para a lamuriosa crise de baixo crescimento, estagnação, alta taxa de desemprego e perda da soberania estatal para o poder dos credores privados. As forças da esquerda tradicional (partidos políticos e sindicatos) são nitidamente incapazes de configurar uma oposição sólida ao poder do capital. Há trinta anos elas são derrotadas pelos ataques ideológicos e políticos da direita, enquanto o socialismo democrático é desacreditado. O colapso estigmatizado do comunismo realmente existente e a “morte do marxismo” depois de 1989 pioraram ainda mais a situação. Hoje, o que resta da esquerda radical atua amplamente fora dos canais de oposição institucionais ou organizados, com a esperança de que as ações em pequena escala e o ativismo local, possam contribuir para alguma alternativa satisfatória em grande escala. Essa esquerda, que estranhamente faz eco a uma ética libertária e até neoliberal do antiestatismo, é fomentada intelectualmente por pensadores como Michel Foucault e todos aqueles que reuniram os fragmentos pós-modernos sob a bandeira de um pós-estruturalismo amplamente incompreensível que favorece a política identitária e evita a análise de classes. Perspectivas e ações autonomistas, anarquistas e localistas estão em evidência em toda a parte (HARVEY, 2016, p. 12-13).

Harvey (2016, p. 12) esclareceu que adotou “uma abordagem pouco convencional visto que segue o método de Marx, mas não necessariamente seus preceitos”. Sugeriu que “se quisermos fugir do hiato atual no pensamento econômico, nas políticas públicas e na política *tout court*, precisamos de métodos investigativos e concepções diferentes”. Assim, o

autor se propõe a analisar o tema das contradições do capital partindo da diferença entre a contradição nas lógicas formal (dualista e estática) e dialética (relacional e dinâmica), e ainda, que o foco seja nas contradições do capital, e não no capitalismo ⁶.

Harvey (2016, p. 18-20) tentou demonstrar o que está por trás do conceito de fetichismo em Marx. Referiu-se às várias máscaras, disfarces e distorções da realidade para identificar as forças contraditórias que obstruem o motor econômico que move o capitalismo. Justificou ainda, o seu interesse nas contradições especificamente do capital, esclarecendo que o capitalismo designa qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação são hegemônicos no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social. Ou seja, o capitalismo “é cheio de contradições, contudo muitas não têm nada a ver diretamente com a acumulação do capital. Essas contradições transcendem as especificidades das formações sociais capitalistas” (HARVEY, 2016, p. 20).

Em suma, para esse autor, tudo que acontece no capitalismo é motivado por contradições. Por isso, seu intuito é identificar as contradições internas do capital responsáveis por crises recentes⁷.

De acordo com Harvey (2016, p. 23-86), o capitalismo não funciona sem sete contradições fundamentais: “1) Valor de uso e valor de troca; 2) O valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; 3) Propriedade privada e Estado capitalista; 4) Apropriação privada e riqueza comum; 5) Capital e trabalho; 6) Capital como processo ou como coisa; 7) A unidade contraditória entre produção e realização”. Essas contradições estão ligadas de tal maneira que é “impossível modificar substancialmente ou abolir qualquer uma delas sem modificar ou abolir as outras” (HARVEY, 2016, p. 25).

Para Harvey (2016, p. 25), contestar o papel dominante do valor de troca no fornecimento de um valor de uso como habitação, por exemplo, implica mudar a forma e o papel do dinheiro e modificar, ou mesmo abolir,

o regime de direito de propriedade privada, gerando crises. Isso é perigoso para o capital e cria oportunidades para uma luta anticapitalista, sistêmica. Se as crises são transitórias e disruptivas, momentos nos quais o capital se reconstitui em uma nova forma, então também, remetem a questões profundas que podem ser solucionadas pelos movimentos sociais que buscam recriar o mundo com uma imagem diferente.

Na avaliação de Harvey (2016, p. 90), a orientação política deve se voltar para valores de uso, resultando em uma forma-dinheiro que iniba o acúmulo privado de riquezas e poder, com a dissolução do elo entre Estado e propriedade privada em regimes múltiplos e sobrepostos. Desse modo, afirmam-se direitos de propriedade comum geridos coletivamente, para neutralizar o poder rentista e facilitar a satisfação contínua e segura das necessidades básicas de todos.

Harvey (2016, p. 94-199) qualificou também, sete outras contradições arroladas como mutáveis: “1) Tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; 2) Divisões do trabalho; 3) Monopólio e competição: centralização e descentralização; 4) Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção de espaço; 5) Disparidades de renda e riqueza; 6) Reprodução social; 7) Liberdade e dominação”. Essas contradições “evoluem de modo diferente e fornecem grande parte da força dinâmica que está por trás da evolução histórica e geográfica do capital” (HARVEY, 2016, p. 203).

Finalmente, as três contradições denominadas “perigosas” por Harvey são: 1) “Crescimento exponencial infinito – o capital, gira sempre em torno do crescimento e cresce necessariamente a uma taxa composta: juros compostos para o endividamento crescente” (2016, p. 207); 2) “A relação do capital com a natureza – redução da natureza e da natureza humana à pura forma-mercadoria” (2016, p. 243) e; 3) “A revolta da natureza humana: alienação universal – (...) que anime uma subjetividade política coletiva para

a constituição de um motor econômico alternativo, caso os poderes do capital sejam confrontados e superados” (2016, p. 247).

Sob a ótica da política anticapitalista, o autor visou transcender o capital e seus limites estruturais, o que supostamente permitiria avançar na reconstrução de uma sociedade mais igualitária e democrática.

O livro *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason*, originalmente publicado por Harvey em 2017, é o mais recente do autor, pós-coroamento do “Projeto Marx”⁸. Trata-se da problemática do capital como valor em movimento; do capital e do dinheiro como representação do valor; do antivalor como teoria da desvalorização, da formação dos preços sem valores, do papel da tecnologia para o espaço/tempo do valor e da produção de regimes de valor. Estudar a história do capitalismo na crítica marxista da economia política é compreender a loucura do dinheiro em ação, como loucura econômica no fetichismo da mercadoria e do capital (HARVEY, 2018, p. 171-175).

Conforme analisou Harvey (2018), até mesmo a mente, as funções corporais do trabalhador e as forças naturais livremente investidas na produção, aparecem como poderes contingentes do capital, pois a alienação da relação com a natureza e com a natureza humana é uma pré-condição para a afirmação da produtividade e dos poderes do capital. Além disso, a produtividade do trabalho é conduzida por tecnologias escolhidas pelo capital para confirmar seu controle sobre o trabalhador e minar a dignidade e os supostos poderes do trabalho na produção e no mercado. Sendo assim, os discursos utópicos sobre novas configurações tecnológicas baseadas em inteligência artificial afirmam o mito de um admirável mundo novo de consumismo emancipatório e tempo livre para todos. Entretanto, ignoram completamente, a alienação desumanizante dos processos de trabalho residuais e dispensáveis que decorrem desse processo.

Em síntese, essa breve apresentação das ideias defendidas por Harvey confirma que, como avalia Paul Claval, o postulado de servir à causa

dos “explorados” é o ponto de partida dos trabalhos do autor, e em função disso, a elaboração de um projeto político revolucionário constitui o elemento central e permanente na sua trajetória intelectual. Nesse contexto, uma avaliação crítica da obra de Harvey à luz das refutações de Karl Popper ao marxismo torna-se útil para repensar a Geografia Crítica.

Karl Popper: sociedade aberta e falibilismo

Para entender a crítica epistemológica de Popper ao marxismo, é preciso esclarecer sobre sua filosofia do conhecimento e seu conceito de “sociedade aberta”. No centro do argumento de Popper está uma observação muito simples que se costuma designar “assimetria dos enunciados universais”. Isso significa que, enquanto nenhum número finito de observações positivas permite validar definitivamente um enunciado universal, basta uma só observação negativa para invalidar este enunciado ou refutá-lo. Noutras palavras, basta encontrar uma observação negativa para ter certeza de que é falso o enunciado universal (ESPADA, 2012, p. XII-XIII).

Assim, Popper teria fundado nessa assimetria a sua teoria falibilista do conhecimento em geral e do conhecimento científico em particular. Para ele, o conhecimento científico não se assenta no método indutivo, mas numa contínua interação entre conjecturas e refutações, pois é no enfrentamento de problemas que o cientista formula teorias conjecturais para tentar solucioná-los, submetendo essas teorias a testes (ESPADA, 2012, p. XIII). Nessa perspectiva, caso as teorias submetidas à prova forem refutadas, essas serão corrigidas ou eliminadas, dando origem a novas teorias que, por sua vez, voltarão a ser submetidas a testes.

No entanto, se porventura as teorias não forem refutadas, isso não significa que resistirão às provas sempre que forem testadas, tornando-se justificadas, infalíveis ou verdadeiras. Elas serão apenas corroboradas, admitindo-se que, no futuro, poderão ainda vir a ser refutadas por testes

mais severos. Isso permite dizer que, na visão popperiana, o conhecimento é fundamentalmente conjectural e progride por ensaio e erro. Ou seja, de acordo com essa visão, as teorias são consideradas falseáveis quando submetidas a testes e por resistirem a esses testes. A lógica científica proposta por Popper não busca provar teorias como verdade, mas provar que há na natureza das próprias teorias sua condição de falseabilidade.

Essas concepções de conhecimento e de ciência fundamentam o livro *A sociedade aberta e os seus inimigos*, publicado por Popper em 1945. De acordo com Espada, entre as múltiplas consequências dessa visão sobre o progresso do conhecimento, encontram-se duas que terão particular importância para a filosofia política e moral de Popper. Em primeiro lugar, o chamado critério de demarcação entre asserções científicas e não científicas: serão asserções científicas apenas aquelas que sejam suscetíveis a teste, isto é, refutáveis. Esse ponto foi de crucial importância para a crítica de Popper ao historicismo marxista. Em segundo lugar, a possibilidade de criticar uma teoria, de submetê-la a teste e de tentar refutá-la é condição indispensável para o progresso do conhecimento, pois a liberdade de crítica é indispensável nesse processo. É na aceitação ou não da liberdade de crítica, que Popper vai fundamentar a distinção fundamental entre sociedade aberta e sociedade fechada. Na primeira, existe espaço para a liberdade de crítica e para a gradual alteração de leis e costumes através da crítica racional. Na segunda, pelo contrário, leis e costumes são vistos como tabus imunes à crítica e à avaliação pelos indivíduos (ESPADA, 2012, p. XIII).

Isso implica que “os riscos a serem assumidos por um cientista são riscos de natureza moral”, ou seja, “o que está em jogo é, de fato, a sua honestidade intelectual [...], a sua atitude pessoal em relação à verdade”, donde “o espírito corajoso de quem formula ‘hipóteses ousadas’ não deve anestesiar a sua consciência” (OLIVEIRA, 2011, p. 72)⁹.

A filosofia do conhecimento de Popper o leva a refutar tanto a cientificidade do marxismo, quanto os resultados políticos práticos da

aplicação das teorias marxistas na transformação da sociedade. Com efeito, as teorias marxistas não satisfazem a condição de falseabilidade porque estabelecem leis econômicas da evolução histórica da sociedade que só podem ser corroboradas ou refutadas no futuro, quando a sociedade socialista se tornar um fato (POPPER, 2012, p. 29). Como sintetiza Espada (2012, p. VIII):

Karl Popper argumentou, em primeiro lugar, que é impossível prever o futuro. Existe uma razão puramente lógica para esta impossibilidade. Ela decorre do fato de termos de reconhecer que os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros influenciarão em larga medida o futuro das nossas sociedades. Mas também temos de reconhecer que não podemos conhecer hoje os nossos conhecimentos técnicos e científicos futuros – caso contrário, eles deixariam de ser futuros e passariam a ser presentes. Logo, concluiu Popper, não podemos conhecer o futuro. Em segundo lugar, as profecias historicistas acerca do sentido inevitável da história não são em regra suscetíveis de teste. Este é o caso flagrante do marxismo, que profetizou o advento inexorável do socialismo e do comunismo sem lhe atribuir um horizonte temporal definido – e, simultaneamente, reclamando um estatuto científico para essa profecia. Mas, esta profecia não pode ter caráter científico, argumentou Popper, porque nenhum teste – que, quando ocorrer, ocorrerá sempre “no presente” – pode refutar uma teoria que anuncia a sua concretização sempre “para o futuro”. A “previsão” marxista sobre o inevitável advento do socialismo no futuro trata-se, por isso, apenas de uma crença ou de uma superstição (ESPADA, 2012, p. VIII).

Para Popper, o historicismo marxista - que considerava uma versão à esquerda do historicismo nazifascista - levou à construção de sistemas políticos baseados na violência e na opressão política. Nessas sociedades fechadas, qualquer crítica é silenciada pelo Estado. Portanto, as ideias de Karl Popper mostram-se bastante pertinentes para uma crítica epistemológica aos trabalhos de Harvey e, por extensão, à Geografia Crítica de matriz marxista.

Análise crítica da teoria social (e espacial) crítica de David Harvey

À luz do trabalho de Popper, a obra de Harvey, desde sua adesão ao marxismo, não pode ser considerada científica por não satisfazer a condição de falseabilidade. Como visto, o elemento central de todos esses trabalhos do autor é a construção de um projeto político revolucionário, de tal modo que suas conclusões não podem ser testadas no presente, já que remetem a um futuro utópico.

Nem mesmo o fracasso retumbante das experiências de socialismo real foi capaz de fazer Harvey abandonar seu projeto revolucionário. Tal qual a grande maioria dos intelectuais críticos do capitalismo, as mudanças profundas provocadas pela queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética fizeram com que Harvey apenas assumisse uma postura mais prudente e menos determinista do que a encontrada no marxismo ortodoxo (DINIZ FILHO, 2013, p. 48-57), na medida em que não fala em inevitabilidade do socialismo e rejeita a ideia de contradições fatais, substituída pelo conceito de contradições perigosas.

As obras mais recentes de Harvey, ao invés de defenderem as velhas teses marxistas sobre ditadura do proletariado e estatização dos meios de produção, agora remetem suas utopias ao experimentalismo de associações de produtores, da eliminação de qualquer meio de acumulação de riqueza e de medidas que restrinjam o poder de grandes empresas e das classes dominantes. Mas essa nova roupagem da utopia marxista, assim como as antigas, continua a situar seu pensamento no campo da crença, não da ciência, já que remetem sempre a um futuro não realizado, não sendo, portanto, falseáveis.

Claval (2013) afirma que o acerto recente de Harvey sobre a crise de 2008 poderia se afigurar para alguns como algo profético. Contudo, a natureza cíclica do crescimento econômico capitalista é velha conhecida dos economistas, e ao menos desde o início das políticas keynesianas, tornaram

conhecidas outras possibilidades de superação dessas crises que não a via do socialismo.

Assim, para demonstrar a cientificidade de sua teoria das contradições do capital aplicada ao estudo das crises, Harvey deveria analisar em profundidade as teorias usadas por correntes de pensamento não marxistas e compará-las com sua própria teoria para demonstrar a superioridade desta. Contudo, Harvey escreve apenas à esquerda intelectual, omitindo outras teorias que se propõe a explicar cientificamente as crises e outros fenômenos econômicos. Daí que seus comentários críticos a abordagens alternativas, como a teoria do valor utilidade, são ligeiros e ocasionais. Além disso, o autor não se dá ao trabalho de detalhar os movimentos especulativos e as transformações institucionais que levaram à crise bancária de 2008, de sorte que sua teoria não os explica concretamente (CLAVAL, 2013, p. 78-79).

Essas considerações permitem corroborar a avaliação feita por Paul Claval (2013, p. 80-83) de que o sucesso da teoria da acumulação de David Harvey junto à esquerda intelectual deriva mais da perspectiva revolucionária do que da capacidade explicativa e coerência dessa teoria. Desse modo, pode-se acrescentar a essa avaliação que as obras de Harvey não satisfazem o critério da demarcação entre discursos científicos e não científicos.

Considerações finais

Diante das críticas tecidas até o momento, seria possível objetar que, ao menos em *A justiça social e a cidade*, Harvey (1980, p. 112-164) fez uma longa digressão para tentar demonstrar que as teorias liberais sobre a cidade teriam eficácia explicativa apenas aparente. Aquele era o momento em que o autor fazia um ajuste de contas com seu passado, daí a necessidade de tentar provar que as teorias marxistas eram mais eficazes.

Contudo, a eficácia do modelo de Von Thünen e de outras teorias era negada pelo autor com argumentos baseados num conceito assumidamente normativo, o de “justiça social”, e em suposições sobre a capacidade de um sistema econômico inexistente, de tipo socialista, de eliminar o problema da escassez de recursos. Por isso mesmo, Harvey não se preocupou em elaborar instrumentos de análise empírica e estudos de caso para pôr à prova a eficácia das teorias econômicas marxistas, que se reportam a uma realidade que só existiria no futuro. Limitou-se a tecer argumentos que não satisfazem a condição de falseabilidade e que, assim, não se distinguem de qualquer discurso não científico. Após conquistar uma posição de destaque dentro da Geocrítica, o autor passou a se preocupar apenas com as refutações que lhe eram dirigidas de dentro da esquerda intelectual, como ocorreu com *A condição pós-moderna*. Mas não admira que discursos baseados em conceitos normativos – e, portanto, não preditivos – soem como se fossem científicos para intelectuais críticos.

A unidade e identidade da Geografia Crítica derivam do compromisso ético do pesquisador com as “classes dominadas”, os “explorados” ou “grupos não hegemônicos”, entre outras denominações, e do objetivo comum de fazer da Geografia um instrumento de transformação radical da sociedade. Todavia, Popper situa o compromisso moral do pesquisador no plano da honestidade intelectual e da sua atitude em relação à verdade.

O intelectual pode e deve formular hipóteses ousadas de pesquisa, mas sem perder de vista a necessidade de satisfazer as condições de falseabilidade dos enunciados para corroborá-los. Os intelectuais críticos, porém, no afã de servir a um ideal supostamente libertador fundado em concepções pré-determinadas sobre uma luta entre dominantes e dominados, terminam geralmente por deixar de lado a preocupação em proceder a uma verificação empírica rigorosa de suas teorias e, muitas vezes, recorrem até ao uso de retórica político-ideológica disfarçada de ciência.

Tal viés de pensamento ocorre mesmo quando autores da corrente crítica alegam que sua visão anticapitalista é resultado de pesquisas sobre a economia, a sociedade e o espaço, não um ponto de partida (DINIZ FILHO, 2013, p. 197-211). É a hegemonia desse modo de pensar que explica a larga influência das obras de David Harvey na Geografia, apesar da não cientificidade dos trabalhos marxistas desse autor.

Referências

CLAVAL, Paul. Marxismo e geografia econômica na obra de David Harvey. **Espaço e Economia** [online], 3/2013, posto online no dia 19 de dezembro de 2013, consultado 08 de novembro de 2018. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/570>; DOI: 10.4000/espacoeconomia.570.

DINIZ FILHO, L. L. **Por uma crítica da geografia crítica**. 1 Ed. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2013.

ESPADA, J. C. Prefácio à Edição Portuguesa. In POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e os seus inimigos**. Primeiro volume: O sortilégio de Platão. Tradução: Miguel Freitas da Costa. Revisão: Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, Lda., 2012. (Biblioteca de Teoria Política, 2 v.).

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 (Coleção Geografia: Teoria e Realidade).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução Artur Renzo. 1ª ed. São Paulo: Boitempo. 2018.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital: 1848-1875**. Tradução Luciano Costa Neto. 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

OLIVEIRA, P. E. **Da ética à ciência: uma nova leitura de Karl Popper**. São Paulo. PAULUS, 2011.

POPPER, Karl Raimund. **A sociedade aberta e os seus inimigos**. Primeiro Volume: O Sortilégio de Platão. Tradução: Miguel Freitas da Costa. Revisão: Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, Lda., 2012. (Biblioteca de Teoria Política, 2v.).

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, [1959] 2013.

SILVA, Mariza Ferreira da. **A cientificidade da Geografia Crítica em questão: avaliação das contribuições de Milton Santos e David Harvey com base na teoria da ciência de Karl Popper**. [Tese de Doutorado]. Curitiba, UFPR, 2019.

Notas

1. David Harvey (2005) reproduz uma ideia recorrente nas ciências humanas, a de que essas crises capitalistas estimulam a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o mercado mundial. Por exemplo, Eric Hobsbawm (1982) já publicava em livro de 1975 seus estudos sobre a formação de unidades geoeconômicas do mercado mundial, vinculando-os com o advento da expansão ferroviária global entre 1848 e 1875.

2. A teoria do modo capitalista de produção e a teoria marxista de Estado explicam as relações sociais de troca e de valor, e pressupõem: 1) O conceito de pessoa jurídica ou pessoa física, independentes e livres para envolverem-se em trocas; 2) Um sistema de direito de propriedade, assegurando que os indivíduos obtêm o domínio sobre os valores de uso apenas mediante a propriedade ou a troca; 3) Um padrão comum do valor em troca (a objetivação que é o dinheiro), de modo que envolva apenas a troca de valores equivalentes; 4) A condição, na troca, de dependência recíproca, resultante do fato de que “toda produção do indivíduo depende da produção e do consumo de todos os outros indivíduos” (HARVEY, 2005, p. 80-81).

3. Para David Harvey (2005), a destruição criativa permanente do capitalismo envolve infraestruturas sociais e físicas necessárias à circulação do capital. Os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não naturais, urbanos e de transportes precisam ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital e para reproduzir a vida cotidiana efetivamente.

4. Com essa preocupação em mente, Harvey (2005, p. 216) afirma que “a revitalização da *International Labour Organization* – ILO – talvez seja um interessante ponto de partida”.

5. Desse esforço em ilustrar a importância contemporânea do pensamento e do método de Marx para a política, bem como de suas teorizações concretas na análise de eventos e

problemas contemporâneos, Harvey justificou que surgiram os livros *O Novo Imperialismo*, *O Neoliberalismo: História e Implicações*, *O Enigma do Capital*, *Espaços de Esperança* e *Cidades Rebeldes*. Harvey ainda faz menção ao livro *Paris: Capital da Modernidade*, um exercício daquilo que o autor chama de “materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2016).

6. A primeira forma de uso do conceito de contradição na língua inglesa, mais óbvia e comum, como explicitou, “deriva da lógica aristotélica, em que duas declarações são consideradas tão conflituosas que ambas possivelmente não podem ser verdadeiras”. A declaração “Todos os melros são pretos” contradiz a declaração “Todos os melros são brancos”. Se uma é verdadeira, a outra é falsa (HARVEY, 2016, p. 15). O segundo uso do termo acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento. Essa é a dialética da contradição, ou contradição entre realidade e aparência.

7. Ao analisar as contradições internas do capital, Harvey comparou-se aos biólogos que admitem que forças e perturbações externas (furacões, aquecimento global, aumento do nível do mar, poluição atmosférica ou contaminação de água) muitas vezes oprimem a “norma” da reprodução ecológica na área isolada de estudo. Nessa analogia admitiu que “guerras, nacionalismo, disputas geográficas, desastres de vários tipos, tudo isso entra na dinâmica do capitalismo, junto com doses generosas de ódio e discriminação motivados por questões de raça, gênero, orientação sexual, religião e etnia” (HARVEY, 2016, p. 21).

8. Publicado no Brasil em 2018, como *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*.

9. Em sua juventude, Popper “quase foi pego pela armadilha ideológica marxista porque tinha profundas razões morais que o levavam a fazer o que lhe parecia ser seu dever moral, e que depois experimentou uma grande comoção moral que o levou a uma profunda aversão moral” (OLIVEIRA, 2011, p. 96-97).

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuições dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo e preparação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores Mariza Ferreira da Silva, Luis Lopes Diniz Filho e Edu Silvestre de Albuquerque contribuíram com suas reflexões, em todas as fases da produção (coleta e interpretações bibliográficas, sínteses de leituras realizadas e análise de literatura científica referente ao estudo da temática epistemológica do artigo.

Mariza Ferreira da Silva, Possui Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2019) e Mestrado em Geografia - Tratamento da Informação Espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011). Possui Graduação em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2005) e Graduação em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Universidade FUMEC - Fundação Mineira de Educação e Cultura (1989/1990). Possui Especialização em Educação (Orientação Educacional) pelo Instituto de Educação de Minas Gerais - Centro de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (1990). Atualmente é pesquisadora na Universidade Federal do Paraná.

Luis Lopes Diniz Filho Possui Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1990), Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1994) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2000). Atualmente é Professor Associado 3 do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência nas atividades de ensino e pesquisa em Geografia, com ênfase nas seguintes áreas: Epistemologia da Geografia, Geografia Econômica e Geografia Regional do Brasil.

Edu Silvestre de Albuquerque Possui Licenciatura e Bacharelado em Geografia (UFRGS, 1994/1995); Especialização em Integração Econômica e Mercosul (UFRGS, 1995); Mestrado em Geografia Humana (USP, 1998); Doutorado em Geografia (UFSC, 2007). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN (Mestrado e Doutorado). Professor Pesquisador do EaD.

Data de recebimento 04 de junho de 2020

Aceite em 22 de abril de 2023

Publicação em 20 de outubro de 2023